

DIALÉTICA DA MIGRAÇÃO: UCRANIANOS E POLONESES EM PRUDENTÓPOLIS/PR

DOI: 10.5935/2177-6644.20170012

MIGRATION DIALECTICS: UKRAINIAN
AND POLISH IN PRUDENTÓPOLIS/PR

DIALETICA DE LA MIGRACIÓN:
UCRANIANOS Y POLONES EN
PRUDENTÓPOLIS/PR

Odinei Fabiano Ramos*

Resumo: O presente artigo visa analisar os conflitos identitários ocorridos com a alocação de grupos culturais tão díspares entre si em um mesmo espaço de convívio. O recorte espaço-temporal foi definido pelo município de Prudentópolis/PR o qual recebeu, no final do século XIX e início do século XX, tradições das mais variadas, formadas por poloneses, ucranianos, indígenas e caboclos. O imaginário coletivo prudentopolitano é o resultado das transformações imagéticas de três grupos vistos como distintos (anterior ao processo migratório): o imaginário ucraniano repleto de desconfianças geradas pelas situações de subjugo ocorrido ainda no continente europeu e que caracterizou as formas de convivência desse grupo; o imaginário polonês, que, mesmo contendo características semelhantes ao ucraniano (território, idioma, economia), constituiu-se através da desavença com o “outro” ucraniano e a *brasileira*, constituída pelas noções de pertencimento nacional do Império e da República brasileira.

Palavras-Chave: Imigração. Imaginário. Identidade.

Abstract: The present paper aims to analyze identity conflicts occurred with the allocation of cultural groups so disparate between themselves in a same social space. The space time clipping was defined by the Prudentópolis/PR County, which received, at the end of the XIX century and the beginning of the XX century, the most varied traditions, formed by the Polish, Ukrainian, Indigenous and *Caboclos*. The collective imaginary of Prudentópolis is the result of the imagery transformations of three groups seen as distinct (prior to the migratory process): the ukrainian imaginary, teeming with mistrust generated by subjugation situations occurred still in the European continent, and that has characterized the ways of living of this group; the Polish imaginary, which, even having similar characteristics to the Ukrainian (territory, language, economy), was constituted through the quarrel with the “other” Ukrainian and the *brasileira*, constituted by the notions of national affiliation of the Empire and of the Brazilian Republic.

Keywords: Immigration. Imaginary. Identity.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo analizar los conflictos (de identidad) que ocurren con la asignación de grupos culturales tan díspares entre si en lo mismo espacio de vida social. El recorte espacio-tiempo se ha establecido por el municipio de Prudentópolis que recibió, a finales del siglo XIX y principios del siglo XX, las más variadas tradiciones, formadas por polacos, ucranianos, indios y mestizos. La imaginación prudentopolitana colectiva es el resultado de las transformaciones de imágenes de tres grupos vistos como diferentes (proceso de pre-migración): la imaginación ucraniana llena de desconfianza generada por situaciones de subyugo se produjo en el continente europeo y que ha caracterizado las formas de convivencia de ese grupo; la imaginación polaca que, incluso tiene características similares a la de ucraniana (territorio, la lengua, la economía), se constituyó por la pelea con el "otro" ucraniano y la brasileña, que consiste en nociones pertenecientes nacionales del Imperio y la República de Brasil.

Palabras Claves: Inmigración. Imaginário. Identidad

* Docente do curso de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro/Guarapuava. Doutor em História Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. E-mail: odineiramos@gmail.com

Discutir a temática que envolve grupos imigrantes e suas relações interétnicas parece uma tarefa árdua, pois desencadeia uma multiplicidade de fatores que mexem com ranços tradicionais ainda em grande medida arraigados no imaginário popular cotidiano do local. Situações são criadas nos lugares de recepção dos grupos étnicos que avivam antagonismos oriundos da região de procedência, assim como a situação inversa causa um impacto irreversível na estrutura cultural de grande permanência.¹

A área onde hoje se situa o município de Prudentópolis/PR agrega em torno de si uma miscelânea de tradições das mais variadas, pois seu aporte cultural, formado por poloneses, ucranianos, indígenas e caboclos de toda monta, pode ser experienciado cotidianamente no *modus vivendi* do indivíduo prudentopolitano. Tal *identidade* prudentopolitana existente hoje não foi, porém, construída sem conflitos. Imaginar a alocação de grupos culturais tão díspares entre si em um mesmo espaço sem que esse convívio tenha gerado embates seria ingenuidade de nossa parte. Tal relação conflituosa não poderia deixar de ali aflorar, pois diferenças aparecem desde a quantitativa de indivíduos em cada grupo, até na forma de ajuda oficial e extraoficial que cada um obteve, bem como as reservas monetárias e mesmo de material que cada grupo trouxe de além-mar ou obteve em sua chegada.

Essa dificuldade em discutir temáticas tão relevantes para a compreensão da dinâmica das migrações também poder ser sentida quanto ao processo de integração,² pois sua definição é sugerida a partir de outros conceitos que ora o completam, ora o tornam complexo. Com base no pressuposto de que para integrar é necessário que algo esteja separado, distinto, a formulação do conceito de integração é compreendida a partir da dinâmica empreendida pelas diferentes coletividades. É através das situações cotidianas de contato e de apego que existe a possibilidade de transcender o passado ou, se necessário, lhe ser fiel, criando mecanismos de manutenção do tradicional.

Parte-se do pressuposto de que as ações cotidianas preestabelecidas pelos atores sociais determinam a reprodução de condutas no âmbito de curta duração, fazendo com

¹ Discussão iniciada na tese de doutoramento intitulada “Experiências da colonização eslava no centro-sul do Paraná (Prudentópolis 1895-1995)”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

² O conceito de integração, aqui destacado, surge do discurso de Lesser (2001), que vê esse processo como uma negociação da identidade nacional e a criação de novas identidades. A partir disso, a ideia é perceber o local social ocupado por diferentes grupos e as estratégias deles na construção de um novo espaço.

que personagens históricas sejam tentados a manter seus bens imateriais. Percebe-se, no entanto, num quadro conjuntural, que, através do liame das gerações, elas se tornam fatores agregadores no momento em que são reconhecidos pela comunidade em geral como consequência da negociação da identidade local.

Por essa negociação (LESSER, 2001), constituída a partir do conceito de fronteira (BARTH, 1976), os grupos imigrantes são constantemente acusados de comprometimento e de cumplicidade com a ideologia racista no momento em que determinam seus padrões ideais, trazidos do além-mar em detrimento daqueles que não compartilham de uma mesma essência cultural (TODOROV, 1993).

A imigração em massa para o Brasil seria então a dialética entre o fato e a estrutura, visto que resultaria irrefutavelmente na transformação de uma comunidade estabelecida, bem como pelos grupos que se estabeleciam no novo país. Essa transformação não pode ser delegada apenas ao grupo receptor que vê sua terra invadida por grupos distintos e com ações sociais que destoam de suas ações cotidianas. A recíproca torna-se verdadeira no momento que os grupos étnicos vindos com as correntes migratórias não encontram no Brasil uma representação política que olhasse por eles, fazendo com que fossem diversas as dificuldades encontradas no novo país, sendo a adaptação difícil e morosa.

Essa situação se deve ao fato de que *ninguém migra por acaso*, como afirma Andreazza. A imigração de indivíduos e famílias se deve a fatores externos e subjetivos que atraem ou expulsam as comunidades de seus países de origem em busca de uma ilusão migratória (ANDREAZZA, 1999).

Dentre os fatores de expulsão (parece ser esse o termo mais apropriado) estava a relação existente entre a falta de terras que possibilitassem a manutenção do campesinato e a significativa densidade demográfica constituída pelos padrões familiares da época, estabelecidos pelo próprio sistema.

No Brasil, como em todo o Novo Mundo, existia uma inversão dessa situação. A densidade demográfica era insignificante em algumas regiões e a quantidade de terras devolutas era surpreendentemente grande, principalmente se comparada a padrões europeus. Conforme Klein (2000, p. 15), “[...] na Europa, a terra era cara e a mão-de-obra, barata. Na América, a terra era abundante e estava disponível. Entretanto, a mão-de-obra era escassa; portanto cara”. A própria imigração se torna negócio e traz vantagens a governos e a particulares que especulam esses movimentos.

A imigração é um investimento compensador: de um lado, o imigrante significa capital de trabalho; de outro, é portador de bens culturais que enriquecem a sociedade de adoção. Além disso, a sua mão de obra significou a implantação do regime de trabalho livre, propiciou transformações na estrutura agrária brasileira e democratizou o uso da terra, possibilitando o surgimento de uma classe média rural (BORUSZENKO, 1981, p. 6).

Com isso, diversos grupos étnicos foram atraídos para o Novo Mundo influenciados pela propaganda imigratória patrocinada pelo governo e pelo empresariado brasileiro.

Quem migra e por que migra: como ucranianos e poloneses vão parar em Prudentópolis?

A história da América, através do discurso eurocêntrico e etnocêntrico, se caracteriza enquanto civilização, através das constantes correntes migratórias que trazem ao Novo Mundo o tipo ideal. Partindo dessa premissa, será a partir do século XIX que uma imigração diversificada parte em direção às terras do Novo Mundo. A maioria dos países americanos já havia adquirido sua independência nacional e tinham o interesse de manter sua hegemonia política, possível pela manutenção de suas fronteiras geográficas que ainda estavam em disputa.

O governo imperial português, por exemplo, se viu obrigado a intensificar a colonização das regiões fronteiriças onde a densidade demográfica era insignificante, já que essa densidade demográfica mínima era fator que impossibilitava a real manutenção do vasto território imperial.

Expõe Balhana (1989) que a ocupação do território das nações recém-independentes se torna a prioridade dos governos constituídos, que viam nessa ocupação, além da garantia da soberania nacional, a valorização econômica decorrente da exploração das terras, até então vistas como vazios demográficos. O apelo à imigração se deve, dentre os fatos acima relacionados, ao urgente aumento demográfico e a transformação dos hábitos de trabalho, possível apenas com a imigração. Essa afirmação ajuda a entender o jargão: “Na América, governar é povoar” (TRUDA, 1930, p. 21).

A imigração seria, então, uma estratégia operacional instituída por projetos nacionais e regionais. Através de dispositivos legais, buscavam povoar pontos

estratégicos do território brasileiro com o intuito de guarnecer as fronteiras do império e, posteriormente, da república.

O discurso dos agentes de imigração associado aos fatores de expulsão de populações no continente europeu ajudou a construir o Brasil com a imagem de um verdadeiro paraíso entranhado nas terras do Novo Mundo.

A preocupação com os vazios demográficos do fim do século XIX não fora uma novidade nas terras brasileiras, sendo uma estratégia utilizada pelo regente Dom João VI quando permitiu a concessão de terras a estrangeiros interessados em deixar a sua terra de origem em direção à esta colônia portuguesa sul-americana.

Um conjunto de medidas colocadas em prática para dar sustentação a esse projeto culminou no Decreto de 25 de novembro de 1808, decreto que veio a estabelecer as novas diretrizes para a posse de terra no Brasil.

Esse conjunto de medidas determinou diversas outras que mantiveram uma tênue relação entre a escassez de mão de obra e a abundância de terras, fator que determinou e direcionou a política e a propaganda imigratória brasileira.

Ficou evidente essa situação com a formulação da Lei de Terras de 1850, que visou, segundo Kliemann (1986): (i) facilitar o acesso à terra – antes, a única forma de adquirir terras devolutas era através da concessão de sesmarias, sendo que, a partir de 1850, foi extinta a possibilidade de cessão gratuita de terras públicas, pois elas se tornaram bem mercantil, devendo ser adquirida apenas através da compra (GUTIERREZ, 2001); (ii) reorganizar a produção, através de novos cultivos; (iii) satisfazer os anseios dos intelectuais antiescravagistas; e (iv) purificar o sangue e a cultura brasileira mediante a imigração planejada de europeus. A promulgação dessa lei ajudou a suscitar a imigração para o Brasil, sendo considerada como um dos fatores de atração de grupos que anteriormente se viam pressionados socialmente na Europa pelo significativo aumento demográfico em todos os países de lá.³

Além das supracitadas, outra era a preocupação quanto a população brasileira: fenotípica. Isso se deve ao significativo aumento de negros no período escravagista. Assegura Dreher:

³ Um exemplo é encontrado no trecho contido no trabalho de Truda (1930, p. 8), referente à situação dos Açores e da Madeira, que deixa claro o excedente populacional europeu: “Nos Açores e na Madeira, a população, sobre-excedente chegara a um estado de verdadeira penúria”. Ainda segundo Truda, a imigração de casais para o Brasil demonstrava “[...] o interesse que havia em aliviar os Açores, como a Madeira, da sobeja população”.

[...] no início do século XIX a população brasileira é constituída de um milhão de indígenas, [...] um milhão novecentos e oitenta e sete mil negros, em sua maioria absoluta escravos, seiscentos e vinte oito mil mestiços. Os brancos somavam oitocentos e quarenta e cinco mil. (DREHER, 1995, p. 71).

A hipótese sustentada por Dreher, evidente que não a única, é que uma das causas da imigração geralmente não é objeto de estudos migratórios: o *branqueamento* da raça (DREHER, 1995, p. 71) ou *caiação* da população (WACHOWICZ, 1988, p. 142). O temor era de que o número elevado de negros suscitasse uma série de revoltas (como já estava acontecendo) e que esse quadro criasse a transformação da identidade nacional ainda em construção em uma identidade baseada e fundamentada na africana. Seguindo essa afirmação, a política imigratória busca atrair imigrantes, de preferência europeus, com o intuito de branquear a população brasileira.

A política imigratória, que, como dito anteriormente, tomou proporções significativas a partir da Lei de Terras de 1850, encontrou alguns fatores que facilitaram sua disseminação. Exemplo disso foi a emancipação política do Paraná, que necessitava preencher os vazios demográficos, pois essa foi uma das justificativas para a sua separação da Província de São Paulo. A ocupação deveria ser rápida e efetiva, sendo a criação de colônias de imigrantes europeus a saída que garantiria esse resultado. A criação das colônias de imigrantes se torna política de governos, como informado nos relatórios de presidentes de província a partir de 1853.⁴

Estimulados pela política imigratória é que os primeiros imigrantes livres deixam a Europa tendo como destino as terras americanas.⁵ Tinham em mente que a permanência no desconhecido país era provisória e que logo voltariam para o país que deixaram para trás. A generalização desse sentimento de retorno não é aceita no caso de ucranianos e poloneses que fugiam das dificuldades políticas e econômicas de seus países, não apresentando, assim, expectativa de reverter o processo migratório.

Na transição do século XIX ao XX, a situação brasileira exigia, de forma mais contundente, a imigração. O crescimento econômico, consequência do aumento das plantações de café no norte do Estado do Paraná, a construção de estradas, de linhas telegráficas, criação de gado, o aumento do comércio de madeira na Região Centro-Sul e

⁴ Os relatórios dos Presidentes de Província se encontram no acervo do Arquivo Público do Estado do Paraná.

⁵ De acordo com Jean Roche, a migração para o Brasil foi dirigida. “Nada era mais próximo para um europeu do que a migração para a América do Norte. A distância geográfica, os custos da viagem não tornavam atrativa a viagem para a América do Sul” (Roche *apud* DREHER, 1995, p. 70).

o fim da escravatura são exemplos de situações que fizeram da imigração um ótimo negócio para o governo brasileiro, para as companhias marítimas e para os grandes latifundiários, que se utilizariam dessa mão de obra, por vezes especializada. Também as companhias madeireiras tinham suas representações na Europa e elas usavam de todos os recursos e artifícios a fim de incentivar a imigração.

Sobre os ucranianos

No Paraná, a primeira tentativa de contrato com uma companhia particular de migração foi o acordo firmado, em maio de 1896, com Manoel Miranda Rosa. Esse acordo fornece um retrato do que seria o processo ideal de colonização na concepção do secretário de estado que mais tempo esteve à frente do serviço, o Dr. Cândido de Abreu. O contrato firmado por Cândido de Abreu com Manoel Rosa previa a localização de 130.000 imigrantes. Para tanto, concedia a área de um milhão de hectares no noroeste do Estado, justamente a região menos conhecida e explorada de seu território. Pela segunda cláusula do contrato, Manoel Rosa se comprometia a medir o perímetro da área até o final do ano seguinte, e iniciar a construção de estradas e a demarcação de lotes⁶ até noventa dias após a medição do perímetro; a cada cinco anos, deveriam estar organizadas e operantes oito novas colônias com cinco mil habitantes cada (GUÉRIOS, 2007, p. 106, nota inserida pelo autor).⁷

Com essa perspectiva, os imigrantes ucranianos chegaram à colônia de Prudentópolis. Essa diferença cronológica (entre os primeiros imigrantes no Brasil) se deve ao fato da propaganda imigratória⁸ ter demorado a surtir o efeito desejado na Ucrânia, pois o medo do desconhecido e a falta de recursos impossibilitaram a travessia do Atlântico em busca de novas perspectivas. A princípio, apenas algumas famílias e

⁶ De acordo com Pimentel (1998), era exigido dos imigrantes que, de forma imediata, os lotes fossem desbastados, cercados e providos de uma terra provisória, de instrumentos agrícolas necessários e sementes. Tudo com o subsídio individual que recebiam pelos trabalhos de utilidade comum.

⁷ Referindo-se aos Relatórios dos Presidentes de Província do ano de 1897, Guérios (2007) afirma que esses números demonstram que Cândido de Abreu subestimava a tarefa de colonização do Paraná nos fins do século XIX. Esclarece que, em outro contrato, com o mesmo Manuel Mendonça, os números diminuem significativamente, sendo que ficaria sob responsabilidade do mesmo a tarefa de localizar 2.500 famílias de colonos em 53.254 hectares de área.

⁸ De acordo com Boruszenko (1981), “[...] o governo brasileiro assinou contrato com várias companhias de navegação transoceânica. Estes recebiam do governo o capital empatado na viagem com o lucro correspondente, no prazo de vinte dias após o desembarque dos imigrantes [...]. Agentes espalhavam pela Europa artigos, livretos e comunicados sobre as condições oferecidas pelo Brasil. Nos países eslavos, tais agentes encontraram campo dos mais propícios para sua atuação, e a propaganda decaía em lamentáveis excessos, que exploravam a credulidade do camponês” (BORUSZENKO, 1981, p. 8).

pequenos grupos de indivíduos decidiram correr o risco de enfrentar essa aventura, disseminando a ideia entre seus familiares a fim de incentivá-los a fazer o mesmo.

Essa situação foi facilitada a partir da certeza de que o governo brasileiro garantiria passagens para o traslado. Já assinava Klobukowski:

Toda a organização de transporte para o navio consistia numa operação: A companhia Metropolitana do Rio de Janeiro recebia do Governo Brasileiro uma soma em dinheiro, por exemplo: 120 francos por adulto; 60 por criança entre 10 a 5 anos e 30 por criança de 5 a 2 anos. A companhia tinha possibilidades de trazer os imigrantes por preços bem inferiores. Por essa razão empatava seu capital para trazê-los. Essas importâncias eram devolvidas em 20 dias no máximo, após o desembarque (KLOBUKOWSKI, 1898, p. 20).

Além do transporte, o governo federal também ajudaria, através dos Estados e da contratação de companhias de imigração, a encontrar lugar para os imigrantes se estabelecerem e a terra para trabalharem. Essa certeza fez com que grupos maiores, quanto ao número de indivíduos, arriscassem deixar seu país e se dirigir a um país desconhecido.

O governo federal, com sede no Rio de Janeiro, ajuda simplesmente os Estados e particulares para a fundação de povoados, mediante créditos e outras facilidades. Por exemplo, financia a alguns Estados o transporte de imigrantes da Europa e lhe empresta dinheiro para o estabelecimento de colônias, isto para a “descoberta”, reconhecimento do solo, demarcação das chácaras, dotação das mesmas com a comunicação (estradas), casas e inventários, bem como para a manutenção dos imigrantes até que consigam sua propriedade. Assegura Klobukowski:

Mesmo assim a decisão de migrar não era fácil. Ucranianos e poloneses que se destinaram ao interior do Paraná estavam determinados a permanecer no país, deixando para traz o sentimento de subjugo sempre recorrente em terras europeias. (KLOBUKOWSKI, 1898, p. 49).⁹

Esses deslocamentos eram motivados pela construção de uma nova realidade. Ninguém migra longa distância sem que exista um impulso, muito subjetivo, da esfera da esperança, impulso esse chamado, por alguns, de ilusão migratória. Certamente a

⁹ Estanislaw Klobukowski nasceu na Polônia em 1852. Durante sua vida política, dedicou-se aos problemas migratórios, preocupado principalmente pela sorte do povo obreiro que migrava em massa para o além-mar. Em 1891 estava na organização da delegação que visitou o Brasil e a Argentina. Anos depois morou no Brasil, onde, durante um bom tempo, foi redator do jornal “Polak w Brazylji”.

mobilidade social consistia num ingrediente ativo dessa ilusão à medida que “o fazer a América” no século XIX implicava participar de um movimento no qual o fluxo se destinava em direção à periferia do mundo civilizado e industrializado. É provável que os participantes daquela aventura imigratória tivessem a firme crença na força de mecanismos compensatórios capazes de lhe garantir melhores posições sociais (ANDREAZZA, 1999, p. 15, grifo do autor).

Tal era o desconhecimento do local para onde foram alocados que muitos acreditavam estarem em locais a milhares de quilômetros de distância, pois as companhias de imigração nem sempre conheciam o real destino desses imigrantes. O destino poderia ser definido e/ou modificado no meio da viagem, sendo que poderia ser o local definitivo ou temporário. No entendimento de Sayad:

[...] a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade (SAYAD, 1998, p. 45).

Os imigrantes foram atraídos pela propaganda imigratória que propagou a imagem de um mundo utópico onde o mel escorria pelas folhas das árvores, onde os frutos cresciam sem a necessidade de plantar e pela certeza de que encontrariam a almejada paz em terras que poderiam se tornar sua propriedade. De acordo com Boruszenko (1981, p. 57),¹⁰ “[...] aqui seria fundado um reino feliz, onde todos seriam iguais, onde nos rios não correriam água, mas sim leite e hidromel”. Buscava-se “[...] encher de população ativa o vasto território da Província, onde tudo floresce à força da natureza; onde o colono europeu depara com um clima análogo ao de seu país natal” (RELATÓRIO, 1860, p. 62).

É, porém, ingênua a ideia de determinar a vinda de imigrante apenas por fatores de atração, visto que diversos foram os fatores que fizeram com que os povos, nesse caso ucranianos e poloneses, deixassem suas terras. Constantes invasões de território, as consequentes mudanças de poder, a falta de terras cultiváveis (decorrentes do aumento de grandes latifúndios que oprimiam os camponeses) e subjugo social ocasionado pela

¹⁰ Segundo a autora, diversos eram os agentes que prometiam terras ilimitadas e férteis; florestas e casas; gado, cavalos e dinheiro para as despesas iniciais. Gergoletto (agente de imigração) chegou ao ponto de prometer que seria fundado no Brasil o “reino rutheno”, livre da exploração da nobreza (BORUSZENKO, 1981, p. 8).

diferença econômica, formaram os fatores que também influenciaram a imigração em massa.

Um fator de expulsão do povo ucraniano pode ser percebido nas palavras de um pároco ucraniano que diz:

A prepotência dos ricos sobre os pobres foi a causa porque o povo ia aos poucos abandonando a terra do seu berço com o intuito de ir além do vasto oceano melhorar a sua deplorável condição. – Primeiramente eram a América do Norte e o Canadá os países aonde o povo affluia afim de lá grangear-se um sofrido sustento. – Só mais tarde foi considerado o Brasil, como o paraíso das delícias, ao qual principiou em 1894 emmigrar o nosso povo ucraniano da Galícia oriental.¹¹

Kusma também faz referência aos motivos que levaram famílias ucranianas a deixar a Ucrânia em direção, principalmente, do continente americano:

A imigração ucraniana pode ser dividida em três etapas. Na primeira etapa foram vários os motivos que levaram o povo ucraniano a imigrar. Dentre esses motivos está o político, pois os governos de ocupação ditavam suas regras proibindo a prática de sua língua, seus costumes, seu rito. Outro fator foi socioeconômico, pois a Ucrânia tinha uma baixa industrialização, além do mais era superpopulosa. Então a solução encontrada pelos ucranianos foi a se expatriarem (KUSMA, 2002, p. 12).

As dificuldades no país de origem foram agravadas pela má distribuição de terras, o significativo aumento demográfico, a insegurança em relação à liberdade e prática de sua religião. Juntando a isso os fatores de atração, esses formam os motivos que desencadearam a imigração em massa para todos os continentes.

Chegados ao município de Prudentópolis/PR, os ucranianos somados formaram a maioria e eram os economicamente mais prósperos. Com tal superioridade numérica e econômica, puderam determinar os direcionamentos políticos e estruturais do local. Suas igrejas, por exemplo, construídas em estilo cristão-ortodoxo, estavam localizadas nas melhores áreas da cidade.

Em função de invasões, subjugo, violências, guerras e outros motivos que marcaram a história da Ucrânia e da Polônia durante séculos, seus filhos migrantes, ao deixarem seus respectivos países, levavam consigo, além das alegrias de bons momentos

¹¹ Livro Tombo do Curato de Antônio Olyntho, 1911-1980. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, p. 2 (*apud* ANDREAZZA, 1999, p. 16).

ali vivenciados, também toda carga de ódio, rixas e rancores em relação aos habitantes dos países vizinhos.

Dessa forma é que, em Prudentópolis, cada grupo étnico que habitava o local procurava deixar o mais claro possível o quanto de devoção e amor possuía por seu país de origem ou de seus antepassados, no caso dos já nascidos no Brasil. Procuravam demonstrar seu rancor para com os da etnia rival. Assim, construir, por exemplo, uma igreja em estilo ortodoxo ou romano no ponto mais alto da cidade ou com a maior imponência possível visava demonstrar o poder de tal etnia em formar uma unidade identificadora dos membros de tal comunidade.

Do mesmo modo, ao organizar-se uma festa em homenagem a um padroeiro X ou Y, com dança, roupas típicas e uma culinária que lembrasse os supostos bons tempos da terra natal, tinha um objetivo semelhante, ou seja, a afirmação do poder desta etnia e a caracterização de uma identidade da comunidade em questão.

No caso do município de Prudentópolis, o imigrante ucraniano conseguiu e/ou procurou manter – e até certo ponto conseguiu – sua cultura e seus costumes aos moldes do modelo eslavo original. Ele procurou também exercer a hegemonia sobre as representações coletivas constitutivas do imaginário que se formara na cidade no convívio interétnico, especialmente em função do pequeno número de habitantes que morava no município até sua chegada, pois formavam na ocasião um contingente étnico que beirava, na década de 1980, os 75% dentre imigrantes e descendentes.

Apesar da miscigenação e assimilação que sofreram, os ucranianos insistiram em manter as tradições trazidas da Europa, dando a impressão, muitas vezes, de que seus descendentes nascidos no Brasil não consideram a sua nacionalidade brasileira (KUSMA, 2002, p. 27).

No cenário prudentopolitano em que as relações interétnicas se constroem e onde as lutas simbólicas são estabelecidas, nota-se o reflexo da construção dos “do local”, sejam eles quem forem ou quantos forem – enquanto grupos étnicos.

Considerações finais

A historiografia das últimas décadas e as diversas formas de construção do conhecimento empírico favoreceram a análise de processos históricos antes considerados de menor relevância para o entendimento da natureza das sociedades. A diversificação

temática enriqueceu os estudos históricos, incorporando novos campos de reflexão àqueles considerados esgotados. Desse modo, o cotidiano, os fazeres domésticos, usos e costumes, representações coletivas e o imaginário social de uma comunidade pacata como a de Prudentópolis/PR têm uma dimensão nova para a História.

Remontando o essencial sobre a temática, percebemos que o imaginário coletivo prudentopolitano é o resultado das transformações imagéticas de três grupos vistos como distintos (anterior ao processo migratório): o imaginário ucraniano repleto de desconfianças geradas pelas situações de subjugo ocorrido ainda no continente europeu e que caracterizou as formas de convivência desse grupo; o imaginário polonês, que, mesmo contendo características semelhantes ao ucraniano (território, idioma, economia), constituiu-se através da desavença com o “outro” ucraniano (poderíamos inverter essa explanação, pois que, mesmo assim, essas formas caberiam aos mesmos grupos); e a brasileira, constituída pelas noções de pertencimento nacional do Império e da República brasileira.

Ucranianos não deixaram de ser ucranianos somente pelo desapego às suas terras. Poloneses não abandonam suas formas tradicionais apenas pelo abandono de seu território. Por isso trazem consigo toda carga imagética que vai caracterizar os imigrantes em terras prudentopolitanas. O contato tornou-se fundamental para definir os novos padrões identitários. Não foi somente o fato de ser ucraniano que definiu a identidade de cada imigrante ucraniano, mas o fato de ser ucraniano em terras prudentopolitanas e em contato direto com poloneses e “brasileiros” (qualquer inversão de posições pode ser aceita).

Com base em seu arcabouço cultural, os imigrantes buscaram afirmar as próprias representações coletivas, enquanto outras são tomadas como exógenas e são marginalizadas, sendo que, num primeiro momento não foram assimiláveis.

Os condicionantes da imigração (cenário geográfico, lutas hegemônicas, jugo e subjugo, mão de obra versus terra, políticas de desapropriação, falência do campesinato e alta densidade demográfica) constituíram as bases fundamentais para a construção do imaginário daqueles que se tornariam imigrantes. As inspirações dos levantes cossacos admiravam e entusiasmavam os descendentes que pautavam sua vivência pela ancestralidade.

Um mundo novo se apresentou. Um Brasil cheio de oportunidades com um cenário geográfico paradisíaco, lutas hegemônicas desconhecidas, subjugo inexistente,

terras abundantes, falta de mão de obra, baixa densidade demográfica. Unia-se a fome com a vontade de comer – como diz o ditado popular. Os discursos dos agentes de imigração e as promessas do governo brasileiro criavam no imaginário do imigrante a imagem do Paraíso das delícias, como afirmou Andreazza (1999).

Aliado a isso, o deslocamento em massa de indivíduos e famílias e as políticas migratórias brasileiras foram responsáveis pela alocação desses grupos num pequeno espaço territorial chamado Prudentópolis.

As desavenças, no caso de ucranianos e de poloneses, eram anteriores ao processo de imigração e foram formadas por fissão e não por fusão. Elas foram reavivadas em um novo país que não era reconhecido nem como Ucrânia e nem como Polônia. As lutas identitárias se deram em um novo cenário: uma realidade alheia e hostil chamada Prudentópolis.

Lugar pacato de baixa densidade demográfica, na pequena vila de São João do Rio Claro, que se tornou Prudentópolis, também existiam lutas pela hegemonia local, pois sertanejos e indígenas já determinavam o ritmo do lugar. Um ritmo desacelerado regia o tempo dos viventes e esse ritmo foi modificado com a chegada dos imigrantes, que tornaram Prudentópolis local de luta simbólica pela hegemonia dos padrões culturais constituidores da identidade local.

Cada qual utilizou de suas armas. Ucranianos, estando em maior densidade demográfica, usavam e abusavam de suas representações coletivas como legitimadoras do arcabouço cultural trazido do além-mar. Poloneses e “brasileiros” usufruíam dos benefícios adquiridos pela organização política patrocinada por grandes proprietários e políticos da região (geralmente eram as mesmas pessoas).

As diferenças foram jogadas à mesa e cabia a cada grupo legitimar a hegemonia que protestavam. As fronteiras foram formadas e, em vez de tijolos, o muro que separava os grupos continha usos, fazeres domésticos, língua, músicas, danças, gastronomia, artesanato, festas, ritos. No caso de ucranianos e poloneses, esse muro continha o mesmo material, mas mesmo assim os separava.

O tempo passou e cada década sobrepunha a outra. O imaginário ucraniano e polonês não cabia mais em sua totalidade no já não tão novo país. As desavenças do além-mar não ficaram numa memória remota, ainda permaneciam as desavenças do contato, agora em novas terras. Cabia delimitar os espaços e negociar novos limites, pois

uma nova identidade estava sendo formada. Nesse espaço de luta simbólica, cada grupo ocupava um lugar, porém uns requeriam mais espaços do que outros.

Nesse local de ritualização do poder, os descendentes de ucranianos parecem ter sido os que melhor e mais profundamente conseguiram resguardar os valores culturais de seus antepassados, isto é, dos imigrantes propriamente ditos. Esse fator, ao mesmo tempo em que estabeleceu uma fronteira entre os grupos – um “dentro” e um “fora” –, possibilitou também a *delinquência* – no sentido de Michel de Certeau (2009) –, ou seja, o rompimento dos velhos e rígidos costumes cultuados apenas intraetnia para uma forma de cruzamentos extraétnicos – poloneses, ucranianos, caboclos e brasileiros propriamente ditos –, quer dizer, da mistura e miscigenação cultural, ainda que com uma suposta predominância da tradição ucraniana. É nos *lugares praticados*: no entrecruzamento das pessoas na rua, na calçada, na missa, nas lojas, nos enterros de conhecidos, nos casamentos interétnicos e em tantos outros locais de práticas de relações cotidianas que se construíram (e se destruíram antigas) novas formas de entrecruzamentos culturais, numa palavra: a destruição de antigas fronteiras e a construção de novas.

Falar sobre o suposto domínio das normas e condutas impostas pelos ucranianos e seus descendentes seria, enfim, aceitar que os outros grupos assimilaram, atônitos, os usos e os costumes do grupo majoritário. Das possibilidades possíveis, apontamos para a não existência de uma identidade cristalizada em Prudentópolis. Apontar uma identidade hegemônica também não é possível, pois, mesmos havendo uma superioridade da carga cultural ucraniana na construção da identidade prudentopolitana, ela só foi possível através do contato com descendentes de poloneses e *brasileiros*. Por isso as considerações aqui apresentadas não podem ser tomadas como conclusões, mas como índices para novos olhares sobre a sociedade prudentopolitana.

Referências

ANDREAZZA, Maria Luiza. **O paraíso das delícias**: um estudo da imigração ucraniana –1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BALHANA, Altiva Pilati. Política imigratória no Brasil, antes e após a proclamação da República. In: WESTPHALEN, Cecília; BALHANA, Altiva. **Revoluções e conferências**. Curitiba: SBPH-PR, 1989.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade, seguido de grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

BORUSZENKO, Oksana. **Os ucranianos**. 2. ed. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba (v. 22, n. 108, out. 1995).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DREHER, Martin. O fenômeno imigratório alemão para o Brasil. **Estudos Leopoldenses**, v. 31, n. 142, 1995.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no estado do Paraná**. Tese do Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

GUTIERREZ, Horácio. **A estrutura fundiária no Paraná antes da imigração**. Franca: UNESP, 2001.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. **Rio Grande do Sul: terra e poder – história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KLOBUKOWSKI, Estanislau. 1898. **Recordações de viagem**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

KOKUZKA, Pedro Martin. **Nos rastros dos imigrantes poloneses**. Curitiba: Gráfica Arins, 2001.

KUSMA, Rita. **Ritos tradicionais de casamento nas comunidades ucranianas do interior de Prudentópolis: 1920-1930**. Guarapuava: Unicentro, 2002.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TRUDA, Francisco de Leonardo. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930.

Recebido em: 20 de fevereiro de 2017.

Aprovado em: 06 de junho de 2017.